



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III – GUARABIRA  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ANTONIÊTA GOMES DE ALBUQUERQUE**

**MEMÓRIAS DO CAMPO: LUTAS E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES  
RURIS NA PLANTATION AÇUCAREIRA PARAIBANA NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XX**

**GUARABIRA – PB**

**2019**

ANTONIÊTA GOMES DE ALBUQUERQUE

**MEMÓRIAS DO CAMPO: LUTAS E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES  
RURAIS NA PLANTATION AÇUCAREIRA PARAIBANA NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Graduação Licenciatura  
em História da Universidade Estadual da Paraíba –  
UEPB/Campus Guarabira, em cumprimento à  
exigência parcial para obtenção do grau de  
graduada em História.

**Orientadora:** Edna Maria Nóbrega Araújo

**Coorientador:** Rivaldo Amador de Sousa

**GUARABIRA – PB**

**2019**

A345m Albuquerque, Antoniêta Gomes de.

Memórias do campo [manuscrito]: lutas e resistência dos trabalhadores rurais na plantation açucareira paraibana na segunda metade do século xx / Antoniêta Gomes de Albuquerque. – 2019.

24 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.

“Orientação: Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo, Departamento de História – CH.”

“Coorientação: Prof. Me. Rivaldo Amador de Sousa, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.”

1. Memória. 2. Reforma Agrária. 3. Trabalhadores Camponeses. 4. Lutas. 5. Resistências. I. Título.

21. ed. CDD 981.33

ANTONIÊTA GOMES DE ALBUQUERQUE

MEMÓRIAS DO CAMPO: LUTAS E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES  
RURAIS NA PLANTATION AÇUCAREIRA PARAIBANA NA SEGUNDA  
METADE DO SÉCULO XX

Artigo, apresentado ao curso de  
Licenciatura em História da  
Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do  
título de graduado em História.

Aprovada em: 27/11/2019.

BANCA EXAMINADORA

*Edna Maria Nóbrega Araújo*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Edna Maria Nóbrega Araújo (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*Rivaldo Amador de Sousa*

Prof. Ms. Rivaldo Amador de Sousa (Examinador)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

*Joedna Reis de Menezes*

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Joedna Reis de Menezes (Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha família, por todo o amor, carinho, esforço e dedicação. Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado e aos meus professores, que confiaram e me ajudaram nessa longa batalha, DEDICO.

“Ah, memória, inimiga mortal do meu repouso!” (Miguel de Cervantes).

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>2 A MEMÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS.....</b>	<b>10</b>
<b>3 LUTAS E RESISTÊNCIAS POR DIREITOS NO CAMPO .....</b>	<b>12</b>
<b>3.1 Uma memória da luta no campo no Brasil.....</b>	<b>12</b>
<b>3.2 As primeiras experiências na Paraíba .....</b>	<b>13</b>
<b>4 RELATOS DE MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES RURAIS.....</b>	<b>16</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>21</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>22</b>

**MEMÓRIAS DO CAMPO: LUTAS E RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES  
RURAIS NA PLANTATION AÇUCAREIRA PARAIBANA NA SEGUNDA METADE  
DO SÉCULO XX**

**FIELD MEMORIES: STRUGGLES AND RESISTANCE OF RURAL WORKERS IN  
THE Paraíba SUGAR PLANTATION IN THE SECOND MIDDLE OF THE 20th  
CENTURY**

Antoniêta Gomes de Albuquerque<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo discutir a memória dos trabalhadores rurais na Paraíba no século XX, em especial quando se diz respeito às lutas e resistências por melhores condições de vida no campo e pela defesa de uma reforma agrária, tendo em vista que a procura pelas conquistas desses direitos não ocorreram de maneira pacífica, sendo observada a ocorrência de vários testemunhos que deixam explícitos diversos conflitos e o uso de uma força excessiva e violenta por parte dos latifundiários e usineiros contra as famílias camponesas que tanto sonhavam com um pedaço de chão próprio e uma condição de vida melhor. Com o intuito de elaborar esse estudo, foram utilizadas referências bibliográficas de LE GOFF (2012), RANGEL (2006), MOREIRA (1997), dentre outros. Através dessa metodologia de análise das fontes referenciais históricas, pode-se perceber que várias dessas demandas ainda não foram conquistadas, a exemplo da reforma agrária.

Palavras-chave: Memória. Trabalhadores camponeses. Reforma Agrária. Lutas e resistências.

**ABSTRACT**

This paper aims to discuss the memory of rural workers in Paraíba in the twentieth century, especially when it comes to the struggles and resistances for better living conditions in the countryside and the defense of agrarian reform, given that the search for the conquest of these rights did not occur peacefully, witnessing the occurrence of various testimonies that make explicit various conflicts and the use of excessive and violent force by the landowners and mill owners against the peasant families who dreamed so much of their own piece of land and a better living condition. In order to elaborate this study, we used bibliographic references of LE GOFF (2012), RANGEL (2006), MOREIRA (1997), among others. Through this methodology of analysis of historical referential sources, it can be seen that many of these demands have not yet been met, such as land reform.

**KEYWORDS:** Memory. Peasant Workers. Land reform. Struggles and resistances.

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba.

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho busca apresentar uma discussão em torno das memórias de lutas e resistências dos trabalhadores rurais camponeses na Paraíba no século XX. Os camponeses lutavam por uma condição de vida melhor, já que moravam e trabalhavam nas terras dos senhores de engenho, pagando o foro, dias de cambão ou condição. Mesmo tendo que pagar para morar, esses atores sociais tinham uma vida relativamente tranquila. Nas suas memórias, eles guardavam, e guardam, os tempos de suas gerações, de suas aspirações coletivas, de suas batalhas no campo e, nesse ínterim, lembram de como viviam.

Ao longo do tempo, os conflitos com os senhores de engenho foram aparecendo. Sem aviso prévio, os senhores de engenho aumentavam o foro, os dias de cambão, expulsando-os, de certa forma das terras onde moravam e trabalhavam. Esses camponeses, desamparados pela lei, recorriam à diferentes formas de organização coletiva como associações, denominadas de Ligas Camponesas, sindicatos rurais. Com o Golpe Civil-Militar no ano 1964, essas Ligas Camponesas foram severamente perseguidas e grande parte dos seus líderes sindicais foram torturados, presos e mortos, tornando a situação dos camponeses e trabalhadores rurais mais complicada, pois não tinham mais a quem recorrer.

Nas décadas de 1950 e 1960, as Usinas que constituíam o parque industrial açucareiro da Paraíba, concentradas nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste, investiram no processo de modernização da produção do açúcar com o objetivo de competir com o mercado nacional. Inicialmente, para atender a sua demanda de produção, buscaram expandir as áreas canavieiras, desalojando os camponeses de suas terras e conseqüentemente de suas casas. Quando existia alguma resistência por parte dos trabalhadores, os donos das Usinas mandavam os administradores incendiarem as lavouras, obrigando a saída dos camponeses das terras que viveram por anos e que tinham essas terras como suas, causando o desmantelamento na vida de toda a família.

Famílias expulsas sem ter onde morar, algumas morando debaixo de cajueiros, na estrada, outras presenciando o provedor da família tirar sua própria vida. Memórias de que um dia tinham onde morar e o que se alimentar deram lugar a uma memória da dor, da perda, da sensação de impotência, da incerteza.

Diante dessa situação, os camponeses passaram a realizar movimentos para transformar as suas realidades, na tentativa de reconquistar um pedaço de terra para morar, lutar contra a miséria e resistir ao assalariamento.

Tendo como foco essa discussão, o presente estudo foi dividido em três capítulos. No primeiro, desenvolvemos uma breve discussão e algumas reflexões teóricas acerca da memória. No segundo momento pautamos nossos diálogos sobre as perspectivas das lutas e resistências por direitos no campo. Por fim, é apresentado uma série de conflitos ocorridos por melhores condições de vida em favor dos trabalhadores camponeses. Desta forma, neste último capítulo foram utilizados relatórios de Emília Moreira por aglutinar sucessões de fatos sociais relevantes que foram fundamentais para a construção dessa pesquisa.

## 2. A MEMÓRIA: ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS

Os primeiros estudos que se dedicaram à memória enquanto objeto de preocupação científica compreendiam-na apenas como lembranças do passado, cujo compromisso era resguardar as informações para as gerações futuras. Ao longo do tempo essa etimologia foi se modificando e ao passar por essa mudança etimológica também causou interferências dentro das ciências sociais e humanas, principalmente na historiografia.

A memória emerge principalmente da História e Antropologia. Posteriormente abrange outras áreas do saber como psicologia, biologia, psiquiatria e sociologia. Essas áreas do saber foram de grande relevância para a compreensão da memória coletiva. Em seus estudos sobre a memória Le Goff afirma que,

Certos aspectos do estudo da memória, no interior de qualquer uma destas ciências, podem evocar de forma metafórica, concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social (LE GOFF, 2012, p. 406).

Na memória individual o processo da lembrança não se dá em sua totalidade. O indivíduo é passivo e limitado de recordar fatos passados ou que possa se fazer presente. Então, pode-se dizer que a memória coletiva está inclusa na individual, porém jamais podem ser aglutinadas. A memória coletiva também era entendida como um reservatório de informações. De acordo com Barros,

A memória um tanto ambigualmente, seria ao mesmo tempo estática e imprecisa, parcial e distorcida, passiva e não criadora. Significações vulgares como estas normalmente aplicadas à memória individual, cedo contaminaram a ideia de memória coletiva (BARROS, 2011, p. 318).

Porém, se a memória coletiva era vista como um reservatório de informações, de lembranças inertes e não problematizadas, tinha-se a lógica que esse conceito de memória pusesse em xeque a História, já que esta é um campo de conhecimento problematizador. Todavia, esse conceito de memória delineado a reservatório de informações ou a partir da atualização de vestígios foram abandonadas pelas ciências humanas por uma nova área do conhecimento denominada de memória social cujas premissas foram desenvolvidas por Maurice Halbwachs com o seu ensaio Memórias Coletivas, publicado em 1950. Os estudos desse sociólogo francês oficializou-se e solidificou-se nas academias ao final do século XX.

As reflexões do ensaio Memórias Coletivas de Halbwachs nos leva a verificar que a memória não é um espaço inerte, indeterminado, vago, mas a memória está em contínua evolução.

Tal pensamento acima exposto também é verificado através dos ensinamentos do historiador francês Pierre Nora que possui o mesmo entendimento de que a memória está em permanente evolução, como veremos a seguir.

A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, Apud, BARROS, 2011, p. 320).

A memória faz conexão com a linguagem oral e a linguagem escrita e ambas são originadas no meio social. As ligações que diferem as formas de memória fazem com que o indivíduo tenha sua própria lembrança ou lembranças determinadas por grupos sociais, como o que será lembrado ou de que forma será lembrado. Essa memória vai refletir tanto na memória coletiva como na memória histórica, abordando os problemas do tempo e da história. Conforme Halbwachs "...a memória coletiva não se confunde com a histórica e que a expressão memória histórica não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto." (HALBWACHS, 2006, p. 100).

No que tange a memória histórica, esta é um campo vasto, visto que essa memória está voltada para fazer atribuição ao tempo, seja social, físico ou filosófico. Porém, a memória histórica ao mesmo tempo se opõe à memória autobiográfica, já que esta depende do tempo de vida de um autor. Entretanto, o tempo da memória histórica é o tempo do calendário, dos grandes fatos e feitos notáveis, que ao se preservar esses movimentos estão preservando também os "lugares da memória". Segundo Le Goff, estes lugares são:

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou associações (LE GOFF, 2012, p. 453).

Entretanto, há lugares da história que não estão expressos formalmente, em que precisamos fazer a busca não em relação a produção ou elaboração, mas sim aos criadores, aos que dominam a memória coletiva de modo que gere outros lugares de memórias específicas como lugares posteriores a outros, os "Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória." (LE GOFF, 2012, p. 453).

Durante muito tempo a memória coletiva era considerada uma reconstrução social. Todavia, os recentes estudos históricos tratam a memória não mais sendo um produto coletivo, mas sim de grupos sociais. Sob essa visão podemos citar as "memórias sociais" dos senadores romanos, dos mandarins chineses, dos monges beneditinos etc. Por outro lado, tornou-se um lugar comum na história contemporânea sustentar que os amantes de Clio, em diferentes épocas e lugares consideraram diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, políticas, religião, economia) e apresentaram o passado de maneiras muito distintas, concentrando-se em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns. (BURKE, 2000).

Nesse sentido, os historiadores precisam despertar o interesse pela memória, considerando a fonte histórica e o fenômeno histórico, já que a memória social e a individual são seletivas, podendo ter variações tanto de um lugar a outro, de um grupo a outro grupo e de como se transformam na passagem do tempo.

Enfim, a conexão entre a história e a memória é de grande relevância para conservarmos sempre acesas as lembranças do passado, no presente e no futuro. Para pensarmos as diversas experiências e sensibilidades vivenciadas por homens e mulheres, e aqui em especial refletirmos sobre as experiências de lutas e a construção de uma memória dos trabalhadores rurais. Nesse sentido é importante considerarmos que "A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória

coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 2012, p. 457).

### **3. LUTAS E RESISTÊNCIAS POR DIREITOS NO CAMPO**

#### **3.1. Uma memória da luta no campo no Brasil**

A desigual distribuição e concentração de terras tem sido um dos principais fatores responsáveis pela profunda e contínua desigualdade social por que viveram e vivem diversas sociedades no mundo (CARTER, 2010). No Brasil, a luta dos trabalhadores escravizados deixou marcas em suas diversas formas de resistência. A abolição da escravatura não acabou de vez com a escravidão. Grande parte da população de trabalhadores rurais sem terra continuaram a ser explorada. Assim, esses atores sociais continuaram a ser sujeitos despossuídos de terras e de direitos, mas possuidores de uma memória de luta.

A Lei de Terra de 1850 tornou a terra uma mercadoria que só poderia ser adquirida, principalmente, por compra, e, portanto, impossibilitando àqueles que desejavam a liberdade, os trabalhadores rurais escravizados, quase impossível a aquisição desse bem. Muitos desses trabalhadores quando não migraram para as periferias das cidades tornaram-se moradores de senhores de terra.

Entre fins do século XIX e início do século XX diversos movimentos sociais explodiram, tornando visível a profunda desigualdade social e insatisfação da população pobre com uma realidade imposta pelos interesses dos mais ricos. No século XX os movimentos sociais fizeram ascender a luta por direitos políticos e sociais dos trabalhadores em geral. O processo de democratização a partir dos anos de 1950 permitiram vislumbrar a necessidade profunda por mudanças sociais, políticas e econômicas (SCHWARCZ & STARLING, 2015).

Numa sociedade de economia predominantemente agrária, e que se pretendia tornar-se industrial, um dos problemas a serem resolvido era a concentração fundiária. A luta por uma reforma agrária encheu de expectativa o homem e a mulher do campo. Obter “um pedaço de terra” para morar e trabalhar era literalmente sair de um modelo opressor e ganhar liberdade e paz. Essa luta mobilizou grande parte da população campesina sem-terra.

No nordeste, nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste, especialmente nas áreas onde predominava a plantation canavieira, essas experiências tem princípio com as organizações de trabalhadores rurais por meio de Associações de Trabalhadores Rurais, conhecidas como Ligas Camponesas.

A mais conhecida e que se destacou entre as muitas Ligas no Nordeste foi a Liga Camponesa de Pernambuco no Engenho Galileia, situado no município de Vitória de Santo Antão Em 1955, no Engenho Galiléia, é criado pelos foreiros uma associação para a mobilização de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária. Com o apoio jurídico do advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro Francisco Julião, os foreiros do Engenho Galiléia ampliam a resistência aos ataques e abusos dos latifundiários, resistência essa que inicia com o aumento do foro. Julião registra em cartório a associação, com o nome de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco e passa a denunciar publicamente a

situação do Galiléia. Para impedir a repressão, Julião utiliza da imprensa, denunciando as questões camponesas e agrárias ainda vistas como problema policial. (JULIÃO, 2013, p. 125).

### **3.2. As primeiras experiências na Paraíba**

Nas mesorregiões do Agreste e Zona da Mata, principalmente onde predominava o latifúndio, o embate entre trabalhadores rurais e senhores de terra foi muito mais forte. Os moradores de condição, os foreiros, entre outros, tinham acesso a uma pequena área de terra para o desenvolvimento da agricultura de subsistência onde cultivavam feijão, milho, mandioca, hortaliças etc. para o consumo da família. No entanto, nem todos tinham um sítio, como denominavam a pequena gleba onde plantavam, para desenvolver a sua lavoura como os trabalhadores assalariados, por exemplo. Em fins dos anos 1960 e início de 1970, com a expansão das plantações de cana de açúcar e com o programa do Proálcool, muitos moradores foram expulsos das terras onde moravam e trabalhavam, sendo obrigados a migrarem para as periferias dos centros urbanos.

Na Zona da Mata da Paraíba, por exemplo, na década de 1950, os trabalhadores que trabalhavam e moravam em terras devolutas dos senhores de engenho eram chamados de moradores foreiros, pois para terem condições de morar e plantar tinham que pagar uma certa quantia pelo pedaço de terra destinado à plantação de legumes, raízes e hortaliças para o consumo interno, caracterizando assim a agricultura de subsistência.

Com essa plantação, o morador garantia o sustento da família por um bom tempo, uma vez que, de acordo com Rangel “o morador foreiro podia, segundo as regras costumeiras e de acordo com as especificidades do contrato ter um certo controle do processo produtivo, definindo o tempo e as formas de trabalho, decidindo o que e como plantar” (RANGEL, 2006, p. 458).

Mesmo sendo morador foreiro, era motivo para se orgulhar por ter acesso a um sítio onde todos da família trabalhavam no cultivo de produtos de subsistência que no cotidiano eram de práticas muito valorizadas. Era trabalho sem supervisão, onde o morador foreiro administrava o processo produtivo e as possibilidades de comercialização dos produtos produzidos no roçado. Essa autonomia configurava sua condição de libertos ou de “quase libertos”.

Porém para ter a condição de morador foreiro, era necessário uma série de obrigações com o dono da terra, como:

O pagamento do foro, o compromisso de estar sempre à disposição e a obediência às regras dos acordos de moradia. Eram esses acordos que definiam o tamanho da área concedida, a autorização para plantar lavouras específicas, para criar ou não animais, as taxas pelo uso da casa de farinha e ainda estabelecia os dias de cambão. Enfim, um sem-número de negociações cotidianas condicionavam a experiência dos moradores foreiros. Uma experiência que, apesar do cumprimento das regras e dos compromissos, era constantemente ameaçada pelo imperativo da prerrogativa legal da propriedade, que garantia ao dono da terra, como estabelecido no Código Civil o direito de usar, gozar e livremente dispor de seus bens. (RANGEL, 2006, p. 463).

Embora todas essas restrições impostas ao morador foreiro, não era garantido a esse morador a permanência de continuar morando e trabalhando nessas terras, pois com o aumento do plantio da cana-de-açúcar passaram a perder espaços nas terras que tinham como deles. Os dias de cambão foram ficando mais frequentes tendo em vista que a cana-de-açúcar era um produto muito rentável para os proprietários das terras.

Era o começo para a desestruturação, não só do morador, mas de toda uma família, acompanhada de muita angústia e sofrimento de não ter mais um pedaço de terra para morar e plantar. Assim, para os moradores, iniciava-se o tempo da “lei do cão”. Até os trabalhadores que tinham privilégio de plantar cana no sistema de meação com o dono da terra não foi diferente e viram tudo se desmantelar (JULIÃO, 2015).

Os moradores foreiros e os moradores de condição eram igualmente subordinados aos grandes proprietários, o que distinguia ser foreiro ou ser de condição é que para ser morador de condição a sujeição aos grandes proprietários das terras em que viviam era maior. De acordo com Rangel:

Como morador de condição ele tinha direito a um pequeno terreno, extensivo a sua casa, onde podia plantar mandioca, e em troca ‘desse benefício’, devia trabalhar na cana, quatro ou cinco dias por semana, de acordo com as necessidades dos ciclos de produção. O acordo para a moradia de condição, também estabelecido pelo costume, tinha como regra que o trabalho para o engenho ou para a usina era o pressuposto para o acesso a casa de moradia. Esse pressuposto definia o lugar desses personagens na hierarquia particular daquele mundo, pois, ao contrário dos moradores foreiros, que se consideravam ‘libertos’ ou ‘quase libertos’, aos moradores de condição – como a denominação esclarece – eram impostas restrições muito maiores, no que se refere tanto ao acesso à terra quanto às obrigações no trabalho: longas jornadas nas ‘grandes lavouras’ dos proprietários, salários baixíssimos – muitas vezes pagos em vales do barracão – e a autorização para cultivar as ‘pequenas lavouras’ exclusivamente no terreno anexo a sua casa de morada. (RANGEL, 2006, p. 465).

A expansão da cana-de-açúcar provocou um grande desequilíbrio na vida dos moradores foreiros e dos moradores de condição, que impossibilitados de trabalhar nas “terras”, passaram a sofrer cotidianamente as muitas formas de violência decorrentes do rompimento das antigas possibilidades de acesso à terra. Esse rompimento atingiu também outros trabalhadores como os cassacos e os trabalhadores já assalariados. O avanço do capitalismo no campo contribuiu para o aumento da repressão e da superexploração das classes trabalhadoras e a crescente proletarianização do trabalhador rural. (RANGEL, 2006, p. 467).

Diante desses enfrentamentos cotidianos, os trabalhadores viram a necessidade de reinventar suas formas de luta para permanecer na terra e assim evitar o desmantelamento de toda uma vida e para tal, foram em busca de apoios políticos (Instituições e órgãos como setores dentro da igreja católica, as organizações dos próprios trabalhadores como sindicatos, FETAG, Comissão Pastoral da Terra, Centro de Defesa de Direitos Humanos, CONTAG etc) que já vinham sendo realizados na região para lutar contra a expropriação da terra e contra a superexploração da força de trabalho, reivindicando os direitos trabalhistas e o direito à terra (PAIVA NETO, 2015). Os movimentos de lutas dos trabalhadores rurais encorajaram mais ainda esses atores sociais que muitas vezes se encontravam expostos a situações de trabalho análogo ao de escravo. Encorajados e empoderados, diversos trabalhadores rurais que se sentiam explorados passaram a denunciarem as práticas de violência que vinham sofrendo por se manterem na luta a busca por direitos à terra e ao

cumprimento aos direitos trabalhistas básicos como carteira assinada, férias remuneradas, décimo terceiro salário, jornada de trabalho de oito horas diárias, descanso semanal, licença maternidade, “destinação de duas horas para a produção de alimentos”, o fim da exploração do trabalho infantil (ROCHA, 1996, p. 26)

Em fins da década de 1970, a líder sindical do município de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, escrevia ao presidente da República denunciando a violência e o descumprimento dos direitos trabalhistas no campo no Estado da Paraíba. Em sua correspondência, “Margarida denunciava que, no Estado da Paraíba, era muito frequente o desrespeito à legislação trabalhista. Os canavieiros ganhavam muito mal e nunca tinham seus direitos, assegurados em lei, garantidos na prática” (ROCHA, 1996, p. 6).

No entanto, a omissão do Estado era evidente ali, pois que duas décadas antes os movimentos no campo já denunciava a exploração e a violência exercida pelos senhores de terra contra os trabalhadores rurais. Em meados da década de 50, na região de Sapé e municípios adjacentes, as militâncias de João Pedro Teixeira e Elisabeth Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro incomodavam aos senhores de terra. Aqueles faziam visitas aos vizinhos aos domingos, participavam de farinhadas e frequentavam a feira. Discutiam sobre as tensões sofridas pelos trabalhadores camponeses, prestavam solidariedades quando estas tensões se desdobravam em violência como surras, destruição de roçados ou de casas e expulsões (BANDEIRA et al, 2012).

Diante desses militantes existia uma grande polêmica, deles possivelmente serem filiados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pertencerem a associações ligadas ao PCB, então na ilegalidade. Vale ressaltar a relação do PCB com as Ligas Camponesas “por aqueles que opondo-se ao movimento, queriam desqualificá-lo; e também pelos que apoiando-o reivindicavam a tradição do partido em defesa do ‘direito à terra’, do ‘trabalho digno’ e da ‘liberdade de associação’.” (RANGEL, 2006, p. 468).

Com a expansão das Ligas Camponesas em quase todo o país, houve a percepção de se criar o jornal Terra Livre e da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Através do jornal, os comunistas brasileiros sugeriam a união das classes de trabalhadores rurais em prol de uma organização de caráter nacional com o objetivo de lutar pela reforma agrária, pelos direitos trabalhistas e o direito à terra.

Com a desapropriação do Engenho Galiléia em 1959, a Liga Camponesa se expandiu por todo o Brasil. A partir daquele momento obter uma pequena gleba de terra como propriedade deixou de ser apenas um sonho tão distante para o trabalhador rural sem-terra e passou a ser uma realidade, uma grande possibilidade que dava à luta pela terra e por melhores condições de vida e de trabalho uma importância maior.

A situação vivenciada por alguns sindicatos dos trabalhadores rurais, à época, nem sempre permitia aos trabalhadores do campo uma representação do que todos ensejavam, a luta por melhores condições de vida e de trabalho. Os sindicatos que foram legalizados a partir de 1962 e que adotaram uma política de combate à expropriação de terras e exploração do trabalhador rural, práticas desenvolvidas pelos senhores de engenho, latifundiários, usineiros passaram a ser perseguidos e receberem frequentes ameaças por um longo período de tempo. O Estado se mostrou incapaz de combater a violência no campo (LIMA, 2015, p. 322).

Devido as dificuldades de abertura de um sindicato rural, as primeiras Ligas Camponesas nascem em 1945 como forma de associação civil sob iniciativa do recém

legalizado Partido Comunista Brasileiro (PCB). A formação das Ligas foi a forma de estabelecer uma aliança entre proletários e camponeses contra o latifúndio e o imperialismo. (BRITO, 2014, p. 75-76).

Em 1962, o governo João Goulart incentiva a sindicalização no campo, alinhando e expandindo o pacto populista no meio rural, incluindo militantes do PCB e membros da Igreja Católica na liderança dos sindicatos para que os conflitos sociais fossem reduzidos. Com a regulamentação dos sindicatos em 1962 e do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, passou a ser denunciada a situação de miséria e exploração sofrida pelos trabalhadores camponeses. (BRITO, 2014).

Com o golpe militar de 1964, o movimento sindical sofreu inúmeras derrotas, não só na forma burocrática e institucional, mas também com o assassinato de dirigentes sindicais, lideranças trabalhistas, trabalhadores e trabalhadoras, principalmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5, em 1968, que previa a tortura, a cassação de direitos políticos e civis a opositores do regime militar, a desmobilização dos movimentos sociais por meio da criminalização dos mesmos, suspensão do habeas corpus, entre outros. (CARVALHO, Apud, BRITO, 2014, p. 77-78).

#### 4. RELATOS DE MEMÓRIAS DOS TRABALHADORES RURAIS

Com a chegada das Usinas nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste, as plantações da cana-de-açúcar se expandiram, desapropriando os trabalhadores rurais que trabalhavam e moravam nas terras durante anos e que as tinham como suas. Viram essas terras que foram passadas de geração em geração sendo transformadas num mar verde por latifundiários e usineiros.

Essa desestruturação, que se aprofundou na década de 1970, intensificou ainda mais as tensões e conflitos entre os trabalhadores rurais, moradores e os latifundiários para reconquistar as terras que moravam e cultivavam alimentos para o sustento das famílias.

Esses embates, com conflitos e ameaças de expulsão, desestruturou muitas famílias, tornando o campo do *plantation* açucareira da Paraíba<sup>2</sup> um espaço de profundas tensões. Um exemplo que pode figurar esse nosso pensamento é o caso da morte de um agricultor de 62 anos no município do Conde. “Esse suicídio foi reclamado junto à Federação dos Agricultores do Estado da Paraíba (Fetag)”. De acordo com a denúncia realizada por parte da filha da vítima, esta tinha sido proibida pelo proprietário de continuar plantando e colhendo nas terras que há muitos anos trabalhava (MOREIRA, 1997, p. 74).

Os conflitos na Fazenda Garapu (Conde/PB) se estenderam por vários anos e durante muito tempo a Fetag solicitou medidas urgentes ao Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) para que esse órgão assegurasse aos posseiros o direito de uso da terra. Em 1977 a situação ainda não estava resolvida e o Sindicato

---

<sup>2</sup> A *plantation* açucareira da Paraíba era constituído por um número aproximado de 40 municípios, localizados nas mesorregiões do Litoral e Zona da Mata e Agreste paraibano, produtores de cana-de-açúcar destinada exclusivamente à produção do açúcar e do álcool, com oito usina em atividades até a década de 1980: Usina São João, Usina Santa Rita, Usina Santana, no município de Santa Rita; Usina Santa Helena, em Sapé; Usina Santa Maria, em Areia; Usina Tanques, em Alagoa Grande; Usina São Francisco, em Pirpirituba; Usina Monte Alegre, em Mamanguape. Ver: ANDRADE, 1988, p. 34.

de Trabalhadores Rurais do município de Conde, na região litorânea do Estado, voltou a fazer novas denúncias.

Diante da morosidade dos órgãos competentes em executar a desapropriação das fazendas para que os camponeses pudessem continuar trabalhando na terra, as tensões e os conflitos com os fazendeiros eram constantes. Os camponeses fizeram um apelo às autoridades para que pudessem trabalhar e permanecer na terra com segurança.

Pedimos uma garantia para que nós possamos permanecer na terra, plantar e ter nossa liberdade: cremos, senhores, que nosso apelo vai ser ouvido. Temos a informar que estamos unidos. Queremos viver na terra e trabalhar. São por estes motivos que nós pedimos aos homens de direito e lei que nos ajudem para que tenhamos uma vida sossegada. (Trecho de uma carta de moradores de Gurugi, a sociedade civil, em 29 de outubro de 1979). (MOREIRA, 1997, p. 87).

Na Fazenda Camucim, em Pitimbu (PB), os camponeses que já estavam instalados desde o início do século XX trabalhavam como moradores de condição. Nessa forma de trabalho, tinham direito a lenha encontrada na mata, a água das fontes, rios e riacho e a um pedaço de terra para morar, cultivar e criar. Em troca, davam três dias de trabalhos gratuitos ao proprietário, os chamados dias de cambão. (MOREIRA, 1997).

Os roçados ficavam aos cuidados dos trabalhadores, na escolha do local, do que plantar e do que criar. Além dos seus instrumentos de trabalho, como enxada, foice, enxadeco, que serviam para capinar e plantar inhame, também eram suas as sementes utilizadas de um ano para outro. Com toda essa plantação, esses trabalhadores produziam a farinha de mandioca. Para tal, era utilizada a casa de farinha da propriedade, como relata o morador. "(...) A farinhada era grande. A casa de farinha era do proprietário. Todo mundo fazia farinha. Pagava a canga: de cada cuia de farinha, um litro ficava para o proprietário" (depoimento de um dos moradores) (MOREIRA, 1997, p. 121).

Essas terras que os trabalhadores moravam e trabalhavam, mesmo pagando os dias de cambão para os proprietários, gerava uma vida relativamente tranquila até o ano de 1978, quando a propriedade foi vendida para a Empresa Agroindustrial Tabu LTDA, cujo objetivo era a expansão do cultivo da cana-de-açúcar. A Empresa Agroindustrial Tabu<sup>3</sup> ao adquirir Camucim promete não criar problemas com os camponeses que lá residiam, porém a promessa não foi cumprida e a Usina enviou seus empregados para que passassem o trator na propriedade, destruindo quase todo o roçado e substituindo por cana-de-açúcar. Algumas famílias aceitaram a proposta dos novos proprietários e abandonaram a propriedade, entretanto, a maior parte das famílias que lá ficaram tinham como objetivo lutar pelas terras. Era a memória de toda uma vida que estava sendo destruída.

Ao se sentirem injustiçados, os trabalhadores recorrem ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pitimbu, à Arquidiocese da Paraíba e à Fetag. Para os trabalhadores camponeses na luta pela manutenção de posse, a Fetag contrariou seus interesses e acabou sendo favorável aos interesses dos Usineiros, levando os processos para o município de Pedras de Fogo, pertencente à Comarca de Caaporã,

---

<sup>3</sup> A Usina Tabu, Empresa Agroindustrial Tabu Ltda, era uma destilaria e foi fundada na segunda metade da década de 1970 pelo Grupo Lundgren, tendo a sua primeira safra em 1979/80. Essa Usina foi adquirida pela empresa Trading Belga Alcotra Bio Energy no ano de 2006. Ver: MOREIRA, 2013, p. 5

onde localiza-se a destilaria, caindo o processo nas mãos do juiz que era amigo e aliado dos usineiros (MOREIRA, 1997, p. 126).

A perseguição e violência por parte dos proprietários ficava cada vez mais recorrente com torturas psicológicas, ameaças de espancamento e de expulsão das terras, e até mesmo ameaças de morte. No Brasil, estas práticas de violência se tornavam cada vez mais comum, principalmente nas áreas em que ocorria a expansão da plantação de cana de açúcar (MARTINS, 1982). A cada denúncia realizada pelos posseiros, os usineiros correspondiam com mais violência. Ao se utilizarem de capangas, invadiram as terras e espancaram um agricultor de idade avançada, e por não ter condição física de fugir, foi bastante espancado pelos jagunços. É o relato da entrevista realizada por Moreira a um antigo morador:

A Tabu mandou um cabo da polícia que plantava cana na destilaria ameaçar a gente. Aí ele pegou o Manoel Cosmo do Carmo, um velho de 60 anos e bateu tanto que deixou ele mouco. O exame do corpo de delito comprovou o espancamento e a consequente perda do ouvido, mas a punição do cabo foi só 24 horas de cadeia e sua transferência para a capital. (Depoimento de um dos mais antigos moradores de Camucim). (MOREIRA, 1997, p. 127).

A tensão em Camucim ia além. O chefe de vigilância da destilaria com aquiescência da polícia ateou fogo na morada de um trabalhador e na escola que existia na Fazenda, pondo fim na Alfabetização das crianças da comunidade. Todos os tipos de crueldade eram praticadas pelos empregados da Usina contra os camponeses. Ameaças de morte e espancamento também foram estendidas ao Presidente do Sindicato e aos representantes da Igreja Católica. Todos os fatos ocorridos eram denunciados à Secretaria de Segurança Pública e ao DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), mas não existia punição para os culpados (MOREIRA, 1997, p. 128).

Evidentemente que os trabalhadores rurais das terras da usina, e da região também, viviam desalentados e sobressaltados com o desmantelamento que a Usina Tabu fizera em suas vidas. A dor causada por assistirem os roçados serem destruídos, a dor por ter a casa derrubada e a dor por ter o provedor da casa assassinado. Todo esse desmantelamento não desestimulou o trabalhador a lutar por um pedaço de chão para o cultivo de alimentos para o sustento da família enquanto a tão sonhada Reforma Agrária não chegasse.

Esse desmantelamento não foi diferente nos demais municípios como Caaporã e Pedras de Fogo. Com a chegada da Usina Pernambucana (Cia. Açucareira de Goiana), hoje Usina Maravilha em Caaporã na Fazenda Retirada, os antigos trabalhadores camponeses que lá residiam há cerca de 60 anos viram suas lavouras serem destruídas para o plantio da cana.

Na luta pela terra, as tensões e os conflitos ficavam mais acirrados, com o administrador da Fazenda que agredia com facão e incendiava as casas dos camponeses, visando a sua expulsão. Sem ter para onde ir, os trabalhadores procuraram uma solução junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caaporã, a Igreja, a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o proprietário e o Incra. No entanto, apesar de recorrer aos órgãos que, junto aos trabalhadores rurais, vinham enfrentando a luta pela terra e a busca do respeito ao homem e à mulher do campo na *plantation* açucareira da Paraíba, os trabalhadores não obtiveram o êxito esperado. E como define os próprios protagonistas da luta a lei era e é só para os poderosos, ou seja a lei era um dispositivo que se encontrava a serviço e benefício apenas dos grupos dominantes, nesse caso dos latifundiários e usineiros.

Os conflitos na fazenda tiveram início no ano de 1975 e perduraram por mais de duas décadas, gerando para os trabalhadores rurais que moravam nas terras muito sofrimento e humilhação.

Em grande parte da área do parque industrial canavieiro no Estado da Paraíba, principalmente durante o período de expansão da plantação da cana-de-açúcar, era comum a violência no campo contra o trabalhador rural e praticadas pelos senhores de terra e usineiros. A partir da década de 1970, com a implantação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL) e outros incentivos e subsídios ao setor agropecuário, com exclusividade aos proprietários rurais, a demolição de habitações onde moravam famílias dos trabalhadores rurais se tornou mais intensa (SHIKIDA e BACHA, 1999). O uso da milícia privada e da própria polícia militar para intimidar os protestos de moradores e de lideranças que se encontravam a frente de movimentos a favor dos trabalhadores rurais amedrontou muitos trabalhadores. Assistir os tratores esmagarem toda a plantação do roçado, destruindo sua única garantia de sobrevivência que era o alimento plantado com o suor de seu corpo era para esses moradores um momento doloroso (LIMA, 2015). Mesmo assim, os camponeses ainda encontravam forças para lutar pela sua permanência na terra. Dessa forma, a Usina pernambucana Olho D'água chegou ao município de Pedras de Fogo, com a prática desses atos de extrema violência<sup>4</sup>. (MOREIRA, 1997).

Os camponeses, já organizados, foram em busca de apoio de entidades, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de João Pessoa, da Pastoral Rural, da Fetag e do Sindicato, denunciando os conflitos em âmbito nacional e internacional, como também o Incra. (MOREIRA, 1997).

Um dos eventos marcante para esses personagens do campo foi assistir ao despejo de uma camponesa viúva de 68 anos. Este acontecimento, ocorrido no dia 15 de janeiro de 1979, mobilizou a classe trabalhadora da região, revoltou ainda mais os trabalhadores que juntos resolveram enviar uma carta ao presidente da República, narrando o episódio e exigindo uma solução por parte da autoridade. Em um fragmento da carta eles descrevem,

(...) Somos 50 famílias residentes em Coqueirinho e Cachorrinho, ao todo, mais de trezentas pessoas que vem apelando a três anos mostrando a nossa triste situação de ficar sem agasalho pelo meio das estradas. Nós agricultores, vem por meio desta relembrar as vossas excelências, o que foi dito na carta anterior que a senhora Dionila Otávia da Silva ia ser despejada e agora cumpriu-se. A agricultora já está despejada. Ontem, dia 15, nós estávamos limpando a lavoura dela quando chegou de surpresa o oficial de justiça acompanhado de 30 policiais, todos armados de fuzil e metralhadora e mais os trabalhadores da Usina Olho D'Água com máquinas, tratores e vários carros, dando dez minutos para desocupar o terreno. Então nós saímos porque sabia que era para obedecer a ordem do juiz e todo mundo foi para debaixo do cajueiro e botaram os troços da despejada fora das duas hectares que pertencia a ela.

A polícia não queria que ficasse ninguém perto dos troços da velha despejada. (...) (MOREIRA, 1997, p. 256-257).

Para os trabalhadores rurais que vivem a violência no campo, o despejo da senhora de 68 anos foi um ato de covardia por parte dos seus executores. Esse despejo ganhou repercussão nacional e internacional, levando o governo do Estado a

---

<sup>4</sup> Na região sul do estado da Paraíba, diversos plantadores de cana forneciam parte de sua cana à usinas do Estado de Pernambuco.

manter entendimento com a Usina Pernambucana Olho D'água para que atos dessa natureza fosse protelado a efetivação. (MOREIRA, 1997, p. 257).

Fatos desoladores como o caso da viúva camponesa que foi despejada por lutar pelas terras que ali viveu e trabalhou por muitos anos era comum. Na medida em que os latifundiários e os usineiros faziam a expulsão desses camponeses para a expansão da cana-de-açúcar, a tensão e os conflitos se acirravam e em alguns casos a denúncia de violência era formalizada perante a justiça e aos jornais. Porém, a justiça estava sempre “ao lado dos poderosos”, fechando os olhos para os que mais precisavam.

Os camponeses ao serem expulsos das terras não tinham moradia e nem tinham para onde ir, como podemos citar o caso do camponês João Inácio, morador da Fazenda Açude do Mato, no município de Sapé. A Fazenda, ao pertencer a Usina Santa Helena da poderosa família Ribeiro Coutinho, estipulou um prazo de 48 horas para que os camponeses desocupassem as terras e, nesse intervalo, o citado camponês, ao resistir a sair das terras, foi espancado e expulso pelo administrador. O camponês, ao procurar na capital interferência da justiça para que o caso tivesse outra resolução e ao voltar para casa, soube que a sua mulher “havia sido corrida do casebre onde moram ambos, perseguida pelos homens da Usina. Ela estava no hospital de Sapé, com alguns ferimentos provocados durante a fuga, mato a dentro” (RANGEL, 2006, p. 474). Como se falavam, “na Usina até mulher apanha”.

A família Ribeiro Coutinho tinha o controle de cinco das oito usinas e destilarias existentes na região que denominamos de plantation açucareiro da Paraíba (ANDRADE, 1988, p. 34). Enquanto isso, os Veloso Borges comandavam as usinas no brejo paraibano. Proprietário da Usina Tanques S/A, o Sr. Aguinaldo Veloso Borges em conflito com os camponeses destruía as lavouras dos moradores, derrubando os casebres e ameaçando os camponeses de morte. Diante de todos esses conflitos, “algumas famílias não sabem nem o que dar de comer aos seus filhos mais novos, pois não têm nada” (O NORTE. 8 Out. 1981. p. 5) (depoimento da líder sindical Margarida Maria Alves ao Jornal O Norte, em 08/10/1981). (MOREIRA, 1997, p. 440).

Margarida Maria Alves foi a primeira mulher a assumir a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB) e por lutar em prol dos trabalhadores camponeses foi perseguida pelos proprietários de engenhos, fazendeiros e usineiros. Margarida Maria Alves, trabalhadora rural, foi assassinada com um tiro no rosto de uma arma calibre 12 na sua residência, diante de toda a sua família. Esse crime bárbaro ficou na impunidade (BARBOSA, 1984).

Outro conflito por terras que envolveu um grande número de família que viviam da agricultura de subsistência e da força de trabalho no campo foi o conhecido caso de Alagamar. Com a morte do proprietário das terras que compreendiam uma área de 13.000 hectares em 1975 os moradores foram ameaçados de serem expulsos das terras pelos novos proprietários. A destruição de plantações e ameaças aos moradores passaram a ser constantes. Os trabalhadores se organizaram e decidiram recorrer à representação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e à Fetag. Setores da Igreja Católica também contribuiu na frente do movimento de resistências daqueles trabalhadores. Em 1978 o governo federal, através do Decreto nº 82.614, desapropriou “2.000 hectares de terras da Fazenda Alagamar e Piacas” (SILVA, 2010, p. 17)

A contínua luta e resistência dos trabalhadores camponeses fizeram com que os conflitos se mantivessem de forma constante e cotidiana com senhores de engenho e latifundiários. Esses enfrentamentos tinham como objetivo de transformar em realidade a reconquista das terras que moravam, lutando contra a miséria e resistindo

às novas relações de trabalho que se configuravam muito mais exploratórias, tornado a vida dos trabalhadores rurais ainda mais vulneráveis. Essa imposição das elites agrárias encontrava no Estado condições para manter a sua prática exploratória.

Ocorre que essas lutas e resistências por terras e o respeito e reconhecimento dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais nos últimos tempos fazem parte de um contexto bem mais abrangente de toda uma memória dessas lutas, a exemplo do que foi exposto na parte inicial do primeiro capítulo, tendo como exemplos das memórias de lutas os relatos acima citados.

A árdua luta vivenciada pelos camponeses e trabalhadores rurais em busca de diversas conquistas de direitos sociais como direitos trabalhistas (carteira de trabalho assinada, salário, férias remuneradas), além de uma incansável e contínua luta por uma reforma agrária. As condições miseráveis de vida e de trabalho que os trabalhadores rurais viviam levavam esse atores sociais a persistirem e se organizarem de todas as formas por uma luta cotidiana na busca por melhores condições de saúde, de moradia, de alimentação; por educação, e, principalmente pelo direito à memória da luta dos trabalhadores rurais na Paraíba. Na verdade, essas contínuas buscas consistem em um legado que corresponde à luta da memória dos trabalhadores rurais da Paraíba, camponeses e que, evidentemente, não deve ficar no esquecimento. É uma luta que não pode parar.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na trajetória desse trabalho, mesmo de forma preambular, foi possível reavivar a memória das lutas dos camponeses por melhores condições de vida e pela tão sonhada Reforma Agrária.

As tensões e os conflitos dos trabalhadores camponeses com os latifundiários, usineiros e empresários ficaram mais acirradas no período da Ditadura Militar, onde os trabalhadores e as Ligas Camponesas sofreram ataques, prisões, torturas e morte, como é o caso do sindicalista da Liga Camponesa de Sapé, que na pré-repressão (1962), a mando de usineiro, a polícia assassinou o líder sindical João Pedro Teixeira, que logo se tornou mártir das lutas camponesas.

Em 1964, com o Golpe Militar, as perseguições contra as Ligas aumentaram novamente e a Liga Camponesa de Sapé volta a ser perseguida, levando a prisão, desaparecimento e morte de outros líderes sindicais como Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo (Nêgo Fuba). Mesmo com todos esses assassinatos, os novos líderes sindicais continuavam lutando ao lado dos camponeses contra a expulsão/expropriação desses trabalhadores de suas terras.

Na década de 70, com a chegada das Usinas na mesorregião da Zona da Mata da Paraíba, os trabalhadores camponeses foram perdendo espaço das suas terras para a plantação da cana-de-açúcar, que se expandia a cada dia. A perda desses espaços ou até mesmo do sítio que moravam pagando o foro em que faziam as plantações de raízes, hortaliças e frutas para o sustento da família.

Os camponeses viram tudo isso ser destruído pelos tratores das usinas. Era o trabalho de uma vida sendo destruído em espaços de segundos.

A memória guardada nas lembranças dos trabalhadores que levavam a vida de forma pacata, plantando e colhendo na esperança de que aquelas terras um dia viessem a lhes pertencer de verdade, desmoronou-se com a chegada das Usinas. Foi um verdadeiro martírio com os usineiros desapropriando os camponeses de suas

terras, usando da força e violência, surrando e em casos mais extremos assassinando, como o da sindicalista Margarida Maria Alves, que lutava em prol dos trabalhadores rurais.

Diante das memórias sofridas e vividas pelos trabalhadores rurais e as Ligas Camponesas deixam um legado de lutas e resistências que ainda hoje influenciam os movimentos sociais camponeses.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Usinas de Açúcar e destilarias no Rio Grande do Norte e na Paraíba (Agro-indústria canavieira e a produção do espaço)**. Mossoró-RN: ESAM, 1988.

BANDEIRA, Lourdes Maria; MIELE, Neide; SILVEIRA, Maria Rosa Godoy. **Eu marcharei na tua luta: A vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: eduepb, 2 ed, 2012.

BARBOSA, Sebastião. **A mão armada do latifúndio: Margarida, quantos ainda morrerão?** João Pessoa: Editora A União, 1984.

BARROS, José D'Assunção. **Memória e História: Uma discussão conceitual**. Tempos Históricos, vol. 15. 1º semestre de 2011, p. 317-343. ISSN: 1517.4689 (versão impressa). 1983-1463 (versão eletrônica).

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. **A Luta Camponesa e a Repressão durante a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985)**. Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro v. 13, nº 1, p. 72-87. 15 de julho de 2015. Semestral. Disponível em: <habitus.ife.ufrj.br>.

BURKE, Peter. "História como memória social". In: **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/campo.pdf>>. Acesso em 25 de outubro de 2019.

CARTER, Miguel. Desigualdade Social, democracia e reforma agrária no Brasil. In: CARTER, Miguel (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

JULIÃO, Francisco. **Cambão: a face oculta do Brasil**. Recife: Edições Bagaço, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. 6 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2012.

LIMA, Maria do Socorro Abreu e. Trabalhadores rurais diante da violência. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). **Trabalho e Trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: Eduepb, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência**: a questão política no campo. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes; BONOLO, Flávia; TARGINO, Ivan. Estrangeirização das terras: algumas notas sobre o caso do Brasil e da Paraíba. NERA - **Boletim DATALUTA**. UNESP, N° 69, Set 2013.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes. A biografia de Monsenhor Luigi Pescarmona e as lutas sociais na Diocese de Guarabira-PB. In: OLIVEIRA, Tiago Bernardon de (Org.). **Trabalho e Trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande: Eduepb, 2015.

RANGEL, Maria do Socorro. Territórios de Confronto. In: LARA, Sílvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (org). **Direitos e Justiça no Brasil**: ensaios de história social. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006.

ROCHA, Guilherme Salgado. **Margarida Alves**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1996. (Coleção Construtores da Paz).

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. Os anos 1950-1960: a bossa, a democracia e o país. In: **Brasil**: uma biografia. 4 reim. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis; BACHA, Carlos José Caetano. Evolução da Agroindústria Canavieira Brasileira de 1975 a 1995. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, vol. 53, nº. 1, Jan-Mar/1999.

SILVA, Lidiane Maria da. **Comunicação na luta de Alagamar (1975-1980)**: do boca à boca às manchetes dos jornais. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social). Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2010.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus primeiramente, pela saúde e força concedida neste longo caminho rumo à realização de um sonho.

Aos meus professores e colegas, em especial a minha orientadora e ao coorientador, o professor Rivaldo Amador de Sousa pela paciência, disponibilidade e total apoio, sem os quais não seria possível a concretização deste trabalho.

Um agradecimento a todos que compõem o Departamento de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – Campus Guarabira, por ter me concedido um panorama amplo e uma vivência prática dos encantos do magistério.